

# Estudo Técnico Preliminar 12/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo:

## 2. Objeto

Contratação de empresa, por meio do Sistema de Registro de Preços, para eventuais prestação de serviços de locação de veículos, incluindo combustíveis e motoristas devidamente habilitados, para o transporte de pequenas e médias cargas, com vistas a atender às demandas do Ministério da Educação - MEC, limitados à região geográfica do DF e entorno, em quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

## 3. Descrição da necessidade

Locação de veículos de carga para o DF e entorno.

O complexo de edificações do Ministério da Educação está distribuído entre 5 (cinco) endereços em Brasília – DF, sendo que o depósito e o almoxarifado do MEC, responsáveis pela guarda e distribuição de materiais permanentes e de consumo, estão localizados no endereço Edifício Garagem do MEC, sito ao SGM Via N3 – Bloco “A” – Asa Norte.

Como não há frota própria de veículos para transporte de bens, a Coordenação de Suporte Operacional – CSO da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL recorre a veículos de outros órgãos para atendimento às operações de carga e descarga e de transporte do MEC, concorrendo, muitas das vezes, com as demandas desses próprios órgãos.

A presente contratação terá por finalidade preservar o caráter permanente e ininterrupto das atividades administrativas e operacionais do depósito de bens e do almoxarifado do Ministério da Educação, possibilitando às operações de carga, descarga e transporte dos ativos desta Pasta, em tempo e forma oportunas, entre os endereços do complexo do MEC, a saber:

- Edifício-Sede do MEC, situado na esplanada dos Ministérios bloco ‘L’ – Esplanada dos Ministérios;
- Edifícios Anexos I e II, situados na Via N-2 – Esplanada dos Ministérios;
- Edifício Garagem do MEC, sito ao SGM Via N3 – Bloco “A” – Asa Norte;
- Edifício do Conselho Nacional de Educação/CNE, sito à SGAS 607 sul, lote 50 – Asa Sul; e
- Edifício do Centro de Treinamento do MEC/CETREMEC, sito a SGAS 604, Lote 28 – Asa Sul.

Além dos endereços acima citados, o transporte poderá ocorrer em outros locais na região geográfica do DF e entorno.

Para análise de soluções possíveis, informa-se que a aquisição sempre é uma opção. Contudo, há diversas atividades acessórias e de apoio que são necessárias para manter os veículos em condições de uso, a exemplo: manutenção, seguro, limpeza, entre outros, que devem somar-se, caso haja a opção por este tipo de contratação. O Decreto nº 9.287/2018 – que trata da utilização de veículos oficiais – estabelece que a aquisição de veículos deverá ser adotada somente quando comprovada a sua vantagem econômica em relação à adoção de qualquer dos demais modelos de contratação praticados pela administração pública federal, conforme abaixo transcrito:

Art. 8º Os órgãos, as autarquias e as fundações da administração pública federal deverão considerar todos os modelos de contratação praticados pela administração pública federal para prestação de serviço de transporte de material e de pessoal a serviço, de que trata o art. 4º, e adotar aquele que for comprovadamente mais vantajoso em comparação ao modelo vigente.

**§ 1º A aquisição de veículos deverá ser adotada somente quando comprovada a sua vantagem econômica em relação à adoção de qualquer dos demais modelos de contratação praticados pela administração pública federal.**

Importante salientar que a aquisição de veículos não é mais uma prática adotada pela Administração Pública Federal e nem aconselhada pelo Ministério da Economia. Nesse contexto, vale ressaltar que o M.E, por meio da Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019, que dispõe sobre as medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços, com redação da atual Portaria nº 5.168, de 14 de maio de 2021, suspende a aquisição de veículos.

Desvantagens de se adquirir veículos para transporte de bens:

- Ociosidade em grande parte do tempo;
- Dificuldade em prever os custos operacionais;
- Manutenção e revisões à cargo da Administração;
- Gestão da limpeza e do abastecimento;
- Necessidade de contratação de seguro;
- Gerenciamento de multas;
- Depreciação do valor do veículo;
- Não acompanha a evolução tecnológica;
- Questões patrimoniais (inclusive, documentais);
- Gestão da frota (controle);
- Impossibilidade de acionamento de carro reserva em caso de necessidade de reparos; e
- Impossibilidade de troca periódica, entre outros.

Outras questões:

- Permanência da necessidade de contratações complementares e
- Dificil comprovação de economicidade e de eficiência nesta contratação.

Nesta perspectiva, atualmente é menos habitual encontrar frotas públicas próprias, devido ao grande número de encargos que oneram a manutenção de veículos, bem como de justificativa que garanta ser esse tipo de contratação a mais vantajosa à Administração. Contudo, aparentemente, não existe consenso sobre qual seja a opção mais vantajosa. O que se observa, entretanto, é que os contratos de locação de veículo têm sido largamente utilizados pela Administração Pública e, em geral, aceitos pela Tribunal de Contas da União - TCU.

A gestão de frotas é a atividade associada à manutenção da disponibilidade dos veículos. Uma vez disponibilizada uma frota, ela precisará ser gerenciada para continuar disponível e isso implica nas seguintes atividades: Gestão da Manutenção, Reposição de Pneus e de Peças; Gestão da Documentação e dos Seguros; Gestão dos Veículos Indisponíveis; Gestão da Renovação da Frota, entre outros.

Segundo informações do sítio eletrônico da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE - <https://veiculos.fipec.org.br/>, para verificar, exclusivamente, o valor de veículos novos (zero quilometro) que atendem as características exigidas no Documento de Formalização da Demanda, foram localizados:

<b>Veículo Tipo Camionete PICK UP "CABINE SIMPLES"</b>	<b>VALOR TABELA FIPE</b>
Ford Ranger XL 2.2 4x4 CS Diesel Mec.	R\$ 222.020,00 (zero km)
Toyota Hilux CS 4x4 2.8 TDI Diesel Mec.	R\$ 227.296,00 (zero km)
Effa V21 Pick-up CS 1.3 16V 2p 2022 Gasolina	R\$ 81.779,00 (zero km)
Chevrolet S10 Pick-Up LS 2.8 TDI 4x4 CS Diesel	R\$ 241.028,00 (zero km)

Fonte: <https://www.tabelafipebrasil.com>

<b>Veículo Tipo Caminhão Baú (Conhecido como VUC/caminhão 3/4)</b>	<b>VALOR TABELA FIPE</b>
Volkswagen 10-160 E Delivery 2p (diesel)(E5)	R\$ 232.239,00 (2020)

Mercedes-Benz Accelo 815 2p (diesel) (E5)	R\$ 297.949,00 (zero km)
Iveco TECTOR 9-190 4x2 (diesel)(E5)	R\$ 360.453,00 (zero km)
Agrale A7500 2p (diesel)(E5)	R\$ 265.000,00 (zero km)
Foton CITYTRUCK 6.5-15 2.8 TB 4x2 (diesel)(E5)	R\$ 249.500,00 (zero km)
Hyundai HD80	R\$ 209.450,00 (zero km)
Jac iEV 1200T (Elétrico)	R\$ 475.357,00 (zero km)

Fonte: <https://www.tabelafipebrasil.com>

Logo, esta Equipe de Planejamento da Contratação - EPC não recomenda a aquisição de veículos, visto que a demanda é pequena e pontual. Além disso, haveria necessidade de contratação de mão de obra específica, que ficaria ociosa em maior parte do tempo e de combustível.

Considerando a locação de veículos, para o transporte de cargas leves deverá ser utilizado camionete do tipo PickUp “cabine simples” e para a carga pesada caminhão tipo “baú” (VUC/Caminhão ¾).

Nesse contexto, a contratação da solução pleiteada terá por objetivo dar suporte aos trabalhos administrativos do MEC, de forma a possibilitar o cumprimento ágil e eficiente do transporte de bens do depósito e do almoxarifado centrais ao destinatário final.

Importante ressaltar que a contratação em tela visará a otimização do gasto público e o atendimento satisfatório do interesse público, logo, havendo necessidade do serviço, a área demandante firmará cronograma, de modo a preencher o espaço interno do veículo a contento.

Sugere-se, ainda, a utilização do SRP, cuja adoção poderá trazer os seguintes benefícios:

- Independe de previsão orçamentária, visto que não há a obrigatoriedade da contratação, portanto, não há necessidade de se demonstrar a existência do recurso. Essa comprovação só é exigida para se efetivar a contratação, quando da efetivação da compra, no momento de uso dentro dos projetos; e
- Proporciona a redução do número de licitações, considerando que os participantes e não participantes utilizarão o mesmo procedimento para contratar os serviços. O Registro dos Preços deste processo faculta não apenas a racionalização dos recursos financeiros, mas também integração e a otimização dos recursos no âmbito da Administração Pública.

#### **Da justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços:**

Trata-se de contratação, cuja execução ocorrerá de forma parcelada, sob demanda, de acordo com as necessidades do MEC, obedecendo o limite máximo indicado na estimativa apresentada de acordo com as previsões de uso e de deslocamentos a serem realizados, em razão das características dos serviços a serem executados. Não há obrigatoriedade do fornecimento de todo o quantitativo estimado, considerando que o serviço depende da necessidade do transporte de pequenas cargas. A futura contratação limitar-se-á até o quantitativo máximo de itens indicados na tabela (item 7.1.).

Nesse cenário, apesar do cálculo estimativo da quantidade, verifica-se a impossibilidade de definir conclusivamente e de forma exata o quantitativo que será demandado, portanto, com fundamento no inciso IV do art. 3º do Decreto 7.892/2013, estabelece-se que a melhor solução seria adotar o SRP na licitação que se pretende deflagrar.

Além disso, a referida aquisição pelo SRP se justifica pela necessidade da realização de contratações frequentes com entregas parceladas, que possibilitará a formalização de compras de acordo com a conveniência desta Administração, com fundamento no inciso I, do art. 3º, do Decreto encimado.

Importante ressaltar que, com o SRP, busca-se: o (i) aumento da eficiência administrativa, já que haverá redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro; (ii) possibilidade de maior economia de escala, uma vez que

outros órgãos e entidades podem participar da mesma ARP (inciso III, do art. 3º, abaixo), contratando em conjunto os serviços, atendendo assim ao princípio da Economicidade; e, (iii) atendimento de demandas imprevisíveis.

É digno de nota que a existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços - ARP não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, ficando facultada a realização de licitação específica para a aquisição, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições, conforme artigo 16, do Decreto encimado.

Reforça-se que os serviços de locação de veículos e contratado pelo Sistema de Registro de Preço – SRP. O Sistema de Registro de Preços – SRP será adotado nas seguintes hipóteses, de acordo com o artigo 3º, do Decreto nº 7.892, de 2013, a saber:

*Art. 3 – (...)*

***I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;***

***II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;***

***III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou***

***IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.***

Nesta contratação, claramente se aplicam os incisos I, III e IV, do artigo 3º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

Conclui-se, portanto, que a indicação de contratação por SRP decorre da imprevisibilidade de quantas diárias, efetivamente, utilizadas, uma vez que, embora exista um quantitativo estabelecido, não há como afirmar ou prever que, concretamente, serão utilizadas, visto que, essa é a primeira contratação para o objeto em questão.

## **Do Sistema de Registro de Preços**

### **A adoção do SRP trará os seguintes benefícios:**

Economia de escala, na medida em que um quantitativo maior de itens a serem adquiridos permitirá a negociação com fornecedores de preços mais vantajosos para os órgãos participantes;

Agilidade das aquisições, já que o Registro de Preços agiliza as contratações para os participantes e não participantes (a licitação já estará realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas, os preços e os respectivos fornecedores já estarão definidos);

Independência de previsão orçamentária, visto que não há a obrigatoriedade da contratação, portanto, não há necessidade de se demonstrar a existência do recurso. Essa comprovação só é exigida para se efetivar a contratação, quando da efetivação da compra, no momento de uso dentro dos projetos;

Proporciona a redução do número de licitações, considerando que os participantes e não participantes utilizarão o mesmo procedimento para contratar os serviços. O Registro dos Preços deste processo faculta não apenas a racionalização dos recursos financeiros, mas também integração e a otimização dos recursos no âmbito da Administração Pública;

Redução da quantidade de processos licitatórios, ao mesmo tempo mantendo a transparência e a economia de recursos;

Maior rapidez nas aquisições, garantindo a entrega muito mais rápida dos bens ou serviços contratados;

Aumento da competitividade entre os licitantes, já que um licitante pode propor um preço mais vantajoso para a administração do que o preço do licitante vencedor; e

Evita ou reduz perdas com o armazenamento ou estocagem.

As formas de adesão e participação serão detalhadas na Ata de Registro de Preços, que deverá seguir os padrões da Advocacia-Geral da União - AGU.

## **4. Área requisitante**

<b>Área Requisitante</b>	<b>Responsável</b>
--------------------------	--------------------

Coordenador-Geral de Recursos Logísticos

Carla Maciel Damasceno

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

O mecanismo de comunicação entre o órgão e a prestadora de serviço deve ser principalmente o correio eletrônico. Outros meios de comunicação poderão ser realizados, desde que seja possibilitado o registro por escrito.

A metodologia a ser utilizada para avaliação da qualidade dos serviços será definida conforme Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

A CONTRATADA deverá garantir que, sempre que um serviço for solicitado, sua execução se dará em conformidade com o que for descrito na respectiva Ordem de Serviço - OS.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

O objeto deste Estudo enquadra-se nos termos das seguintes normas legislativas:

- Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998 – dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 – institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e demais disposições a serem estabelecidas no Edital de Licitação e em seus Apêndices. · Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – aprova a consolidação das leis do trabalho;
- Lei nº 9.660, de 1998 - Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências;
- Lei nº 14.071, de 13 de outubro de 2020 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a composição do Conselho Nacional de Trânsito e ampliar o prazo de validade das habilitações; e dá outras providências;
- Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 – regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Decreto nº 7.746/2012 – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;
- Portaria INMETRO nº 377, de 2011 - Aprova a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves;
- Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017 - dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008 - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;

- Resolução CONAMA nº 272, de 14 de setembro de 2000 - Dispõe sobre os limites máximos de ruídos para veículos;
- Resolução CONAMA nº 418, de 25 de novembro de 2009 - Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso;
- Resolução nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016 - Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento Terrestre do Transporte de Produtos Perigosos, e dá outras providências;
- Resolução CONTRAN nº 882, de 13 de dezembro de 2021 - Estabelece os limites de pesos e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres, referenda a Deliberação CONTRAN nº 246, de 25 de novembro de 2021, e dá outras providências;
- Resolução CONTRAN nº 945, de 28 de março de 2022 - Fixa os requisitos mínimos de segurança para amarração das cargas transportadas em veículos de carga;
- ABNT 9735 de 30 de maio de 2016 - Comitê Brasileiro de Transportes e Tráfego; e
- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 5ª Edição de julho de 2022.

## 6. Levantamento de Mercado

Em consulta ao mercado, foram identificadas as seguintes empresas que atendem aos requisitos especificados:

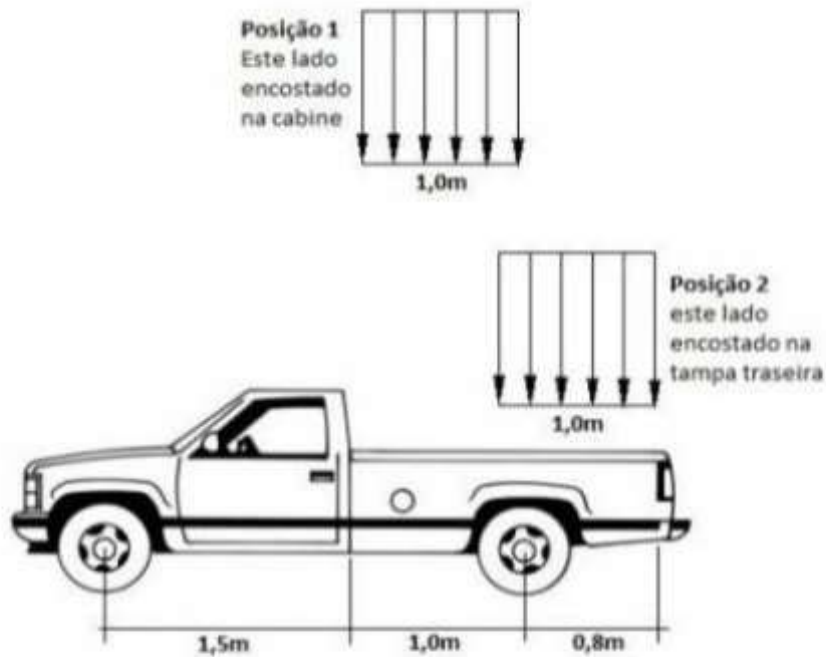
Empresa	CNPJ
Mundial Residence	00.502.302/0001-68
Investcar Veículos LTDA	01.615.224/0001-70
Furtado Souza Empreendimentos Eireli - EPP	35.829.669/0001-75

## 7. Descrição da solução como um todo

A Contratada deverá realizar o serviço, objeto da contratação, de forma completa e com atendimento de todos os requisitos, sem que haja descontinuidade.

Para prestação dos serviços deverão ser disponibilizados os seguintes tipos de veículos:

**Tipo I - Veículo Tipo Camionete PICK UP "CABINE SIMPLES":** para prestação dos serviços de transporte de cargas, mediante a disponibilização de veículos com motoristas e combustível.



Capacidade de Peso: Até 1.100 Kg

Comprimento Entre Eixos: 3,30 Metros

Largura: 1,0 Metros

**Tipo II - Veículo Tipo Caminhão Baú (Conhecido como VUC/caminhão 3/4):** para prestação dos serviços de transporte de cargas, mediante a disponibilização de veículos com motoristas e combustível.



**Capacidade de peso:** 2,200 Qu

**Comprimento:** 4,00 Metros

**Largura:** 2,10 Metros

**Altura:** 2,17 Metros

**Toco:** 33,18 M3

O controle de execução dos serviços será realizado por meio de O.S e acompanhado integralmente pela área demandante do serviço.

Todo o manuseio dos bens transportados, incluindo a inserção e retirada nos veículos, será feito por carregadores da CONTRATANTE.

A execução dos serviços será realizada e faturada por meio de diárias de 8 (oito) horas.

O quantitativo de diárias, previstos na contratação, deverá ser estimado e será pago apenas quando for efetivamente utilizado.

Os serviços pertencentes às categorias serão prestados de acordo com a demanda do MEC, cuja solicitação deverá ser realizada com antecedência mínima de 12 (doze) horas, devendo os veículos estarem disponíveis no prazo de 30 (trinta) minutos antes do horário determinado e no local estipulado, observando os limites estabelecidos em contrato.

Os serviços serão prestados entre os prédios do Ministério e, conforme necessidade, no Distrito Federal e Região do Entorno, compreendendo-se este como o território formado pelos municípios previstos no Decreto nº 7469, de 4 de maio de 2011, que criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno- RIDE, ou os locais distantes até 300 (trezentos) quilômetros das dependências da Contratante.

Os serviços, quando solicitados, deverão ser prestados no horário de expediente do órgão.

Os serviços deverão obedecer aos horários estabelecidos, podendo a Contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, inclusive para atendimento de demandas aos sábados, domingos, feriados e horários fora do expediente normal, **excepcionalmente**, quando necessário, em suas dependências ou fora delas, em exclusiva execução do objeto do serviço.

Os serviços deverão ser executados por pessoal profissionalmente capacitado, que desenvolverão as tarefas de transporte de cargas e terão sua execução acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela CONTRATANTE, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A contratação será realizada por diárias de 8 (oito) horas com a seguinte estimativa:

TIPO/ CLASSIFICAÇÃO		Estimativa de Diárias	
		Mensal	Anual
I	Caminhonete	4	48
II	Caminhão Baú	4	48
Total anual de Diárias		8	96

Por ser tratar de uma contratação inédita para o Ministério, não há histórico de execuções anteriores, com isso os quantitativos foram estimados de forma a atender às demandas originárias das unidades gestoras do Órgão.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 152.400,00

A estimativa de preços e o valor total máximo que o MEC se propõe a pagar para os serviços a serem contratados é de **R\$ 152.400,00 (cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais)**, conforme tabela abaixo:

TIPO/ CLASSIFICAÇÃO	CATSERV	Quant. de Diárias Mensais	Quant. de Diárias Anuais	Valor Unitário	Valor Total
I Caminhonete	25089	4	48	1.075,00	51.600,00



II	Caminhão Baú		4	48	2.100,00	100.800,00
TOTAL GERAL						152.400,00

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O art. 23, § 1º da Lei nº 8.666, dispõe: “As obras, serviços e compras efetuados pela Administração serão divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.”

A ordem instituída no dispositivo é clara no sentido de que o objeto seja parcelado a fim de melhor aproveitar os “recursos disponíveis no mercado” e de ampliar a “competitividade” do certame. Entretanto, o objeto em questão não é passível de parcelamento, pois se trata apenas de um tipo de serviço a ser executado nas dependências do Órgão.

Uma única CONTRATADA deve ser responsável pela execução de todo serviço previsto para a contratação, de modo a não prejudicar a execução operacional das atividades e evitar uma série de possibilidades de falhas, desacordos e desentendimentos entre as partes, que poderiam estar envolvidas em contratações com objetos parcelados.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratação correlatas e/ou interdependentes para este objeto.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os serviços a serem contratados constam no Plano Anual de Contratações - PAC 2023 do MEC.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Atendimento às demandas **por transporte de cargas** do Ministério da Educação, principalmente, aquelas voltadas para atendimento a movimentação de bens móveis entre os edifícios de propriedade deste Ministério.

## 14. Providências a serem Adotadas

Pelas características dos serviços, não será necessária adequação do ambiente organizacional.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

Esta contratação observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material.

A CONTRATADA, para a execução dos serviços, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no **art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010** e no **Decreto nº 7.746/2012**, no que couber.

A CONTRATADA deverá adotar, minimamente, as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, descritas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - CGU/AGU, 5ª edição, de agosto de 2022, quando couber:

Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º, da Resolução nº 804, de 2019, da Agência Nacional de Petróleo - ANP) que atenda aos seguintes requisitos:

- que esteja previamente registrado na ANP;
- de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
- que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;
- classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;
- que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

A CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010, Resolução CONAMA nº 416 /2009, Instrução Normativa nº 09/2021 e normas correlatas.

Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25 /11/2009, complementações e alterações supervenientes.

Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).

Além disso, recomenda-se à CONTRATADA que:

Os produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados utilizados, obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; e

Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante dos estudos realizados para a contratação em tela, considerando que os serviços comuns para a Administração Pública, considerando que a pesquisa de mercado identificou fornecedores e preços vantajosos, declaramos a viabilidade técnica e econômica da contratação de locação de veículo de carga, com combustível, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação - EPC, formalizada por intermédio do Despacho nº 1190/2022 (SEI 3480904).

Declaramos pela responsabilidade da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JAIME BATISTA BELEM**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 05/05/2023 às 13:24:33.

**ERICO HOFFMAN IRALA**

Integrante Requisitante

**CARLOS ALBERTO SOARES PEREIRA**

Integrante Técnico